

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: 70 milhões sem luz..... 3

Título: Caro e ruim..... 6

O Estado de S. Paulo

Título: Taxa extra na conta de luz não reduz consumo..... 10

Folha de S. Paulo

Título: Eu aceito..... 16

Correio Braziliense

Título: Apagão afeta um quarto do país 25

Valor Econômico

Título: Linha de Belo Monte falha e Norte e NE têm apagão 31

Título: Distribuidoras de energia superam limite de apaginhos há nove anos..... 34

Título: Cresce temor de atraso em privatização da Eletrobras..... 35

Título: Curtas..... 37

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: 70 milhões sem luz..... 3

Título: Cidades têm caos no trânsito e comércio fechado..... 5

Título: Caro e ruim..... 6

Título: Eletrobras estuda fechar acordo nos EUA 6

Título: Brasil estaria livre da sobretaxa do aço enquanto negociar isenção..... 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Falha no linhão de Belo Monte deixa 70 milhões sem luz	8
Título: Taxa extra na conta de luz não reduz consumo	10
Título: EDP conclui compra de fatia de 14,5% da Celesc	11
Título: Sem confirmação, Temer anuncia isenção de sobretaxa	12
Título: Fundos planejam venda de parte de ações que detêm na Vale	14
Título: Gravação derruba diretora do Ilume	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Eu aceito	16
Título: Temer fala em suspensão de tarifa do aço sem ter base oficial dos EUA	16
Título: Empresas dos EUA pedem isenção ao Brasil	18
Título: Estudo indica que medida levaria Brasil a perder US\$ 1,3 bi por ano em exportações	19
Título: Conflito familiar leva a ação que pede venda das empresas do grupo Vicunha	21
Título: Apagão em 13 estados deixa 70 mi sem luz	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	24
Título: Alento na taxa do aço	24
Título: Apagão afeta um quarto do país	25
Título: Nordeste é a região mais crítica	26
Título: Gasolina é vendida por menos de R\$ 4	27
Título: Mineração em xeque	28
Título: O Fórum Mundial da Água e a geração de energia	29
VEÍCULO: Valor Econômico	31
Título: Linha de Belo Monte falha e Norte e NE têm apagão	31
Título: Distribuidoras de energia superam limite de apaguiños há nove anos	34
Título: Cresce temor de atraso em privatização da Eletrobras	35
Título: Curtas	37
Título: EUA podem adiar tarifa do aço para alguns países; Brasil diz que foi incluído	37
Título: A anacrônica e custosa energia assegurada	39
Título: ExxonMobil tenta viabilizar usina da Bolognesi no RS	41
Título: Minério de ferro tem queda de 14,5% em março	43
Título: Curtas	45
Título: Recuperação judicial da MMX é suspensa na Justiça por credores	45
Título: Ibovespa volta a subir com Petrobras e siderúrgicas	48

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Ramona Ordonez, Bruno Rosa e Luis Guilherme Julião****Título: 70 milhões sem luz**

Falha em subestação de linha de transmissão de Belo Monte provoca apagão no Norte e Nordeste.

Uma falha na recém-inaugurada linha de transmissão que leva eletricidade da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, para o restante do país interrompeu ontem o fornecimento de energia em 14 estados das regiões Norte e Nordeste, atingindo cerca de 70 milhões de pessoas. Também houve cortes isolados em outras partes do Brasil, inclusive no Rio. Ao todo, as regiões afetadas correspondiam a 22,5% da carga total do Sistema Interligado Nacional (SIN) no momento da falha. Foi o maior apagão a afetar Norte e Nordeste desde 2010, quando praticamente todos os estados dessas regiões ficaram sem luz.

A falha do sistema, que ocorreu no meio da tarde, teve reflexos ainda em estados do Sul, Centro-Oeste e Sudeste por causa de um mecanismo previsto no sistema para evitar que um blecaute atinja todo o país. No Rio, pelo menos 533 mil consumidores ficaram sem energia em 16 municípios. Na capital, segundo a Light, 321 mil clientes em bairros das zonas Norte e Oeste, como Jacarepaguá, Campo Grande, Penha e Inhaúma, ficaram sem luz por três minutos. Nas áreas da Região Metropolitana, como Niterói e São Gonçalo, abastecidas pela Enel, foram cerca de 12 minutos.

O apagão causou mais transtorno para quem vive no Norte e no Nordeste. Na maioria das cidades dessas regiões, durou mais de três horas. Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS), o incidente ocorreu às 15h48m. Até as 20h de ontem, 40% do Nordeste permaneciam sem energia. Em estados como Pará e Rio Grande do Norte, todos os municípios foram atingidos. Todos os estados nordestinos foram afetados. Na Região Norte, apenas Roraima e Acre, que não integram o SIN, não foram atingidos.

Segundo o governo e o ONS, o motivo para o blecaute foi falha técnica na linha de transmissão da concessionária Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE). O problema foi num disjuntor de uma das estruturas de transmissão na subestação Xingu, que recebe a energia da hidrelétrica.

— Recebemos informações de que houve tomada de carga de Belo Monte, que vinha operando em 2 mil megawatts e iria para 4 mil megawatts. Essa linha saiu (do sistema). No momento, a carga no país era de 80 gigawatts e o sistema perdeu 18 gigawatts, uma perda bastante significativa. Logo após o incidente, a carga começou a ser restabelecida. Mas como a perda foi significativa, isso leva um tempo — disse o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**.

A empresa Norte Energia disse que o apagão não tem relação com a usina de Belo Monte. Já a BMTE disse que o motivo do desligamento está em análise, mas atribuiu a falha a um "mal funcionamento da proteção do disjuntor" na subestação Xingu.

FALHA EM MOMENTO DELICADO PARA O GOVERNO

O apagão vem em um momento em que o governo tenta alterar as regras do setor elétrico, tenta privatizar a Eletrobras (principal empresa da área no país) e discute a sucessão no Ministério de Minas e Energia. Coelho Filho filiou-se ontem ao PMDB para tentar se reeleger como deputado federal por Pernambuco este ano.

O chamado linhão de Belo Monte entrou em operação em dezembro do ano passado, antecipando em dois meses o cronograma inicial. A linha, orçada inicialmente em R\$ 5 bilhões, tem 2.076 quilômetros de extensão e passa por quatro estados. A construção foi interrompida em 2015 após a espanhola Abengoa abandonar as obras alegando dificuldades financeiras. Após atrasos, o projeto foi assumido pela chinesa State Grid, que já era responsável, com a Eletrobrás, por outra parte da linha de transmissão.

A falha aconteceu no projeto que a State Grid assumiu da espanhola Abengoa. A linha estava em testes desde o fim de semana e aumentando gradativamente a sua potência. A queda ocorreu por conta de erro na calibração do disjuntor, equipamento que faz o controle automático da energia que passa pela linha. Segundo fonte no governo, o componente estava calibrado para receber até 3.700 megawatts (MW) de potência, em vez de mais de 4 mil MW, como previsto inicialmente. Quando a transmissão atingiu volume mais alto, o disjuntor simplesmente desligou, paralisando o resto da rede.

No fim de janeiro, esse mesmo linhão sofreu outro desligamento que afetou alguns estados de maneira isolada. Apesar disso, o ministro das Minas e Energia disse que a linha não é frágil: — A linha tem condições de suportar isso.

Roberto Pereira D'Araujo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), avalia que apagões como o de ontem refletem os problemas estruturais do sistema elétrico brasileiro. Ele critica a construção do

linhão de Belo Monte de forma fragmentada, envolvendo diferentes fornecedores: — Quem mais sofre é a Região Nordeste, que está vulnerável a isso tudo, pois enfrenta uma grave crise hídrica. Por isso, a região demorou mais para ter sua energia restabelecida.

O efeito dominó na queda de energia ocorre porque a rede de Belo Monte está conectada por essa linha de transmissão ao SIN, que interliga todos os estados do país. O fornecimento demora para ser restabelecido porque precisa ser feito aos poucos, para não sobrecarregar o sistema ou deixá-lo com excesso de energia. O governo, contudo, diz que não há risco de novos apagões.

— O sistema hoje tem condições de atender a toda carga sem risco. Todos os indicadores que temos é que o sistema vinha atuando com bastante robustez — disse o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata. — A relação entre capacidade de geração e demanda era bastante folgada.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Efrém Ribeiro, Evandro Corrêa e Aura Mazda

Título: Cidades têm caos no trânsito e comércio fechado

Em Maceió, alunos recorreram à iluminação do celular para concluir uma prova.

-RECIFE, SALVADOR, TERESINA, NATAL E BELÉM- Sinais de trânsito desligados, congestionamento e lojas fechadas foram alguns dos transtornos causados pelo apagão que atingiu principalmente cidades do Norte e Nordeste. Quem foi liberado mais cedo por causa da falta de energia teve de enfrentar caos no transporte público. Filas em pontos de ônibus foram frequentes nas principais capitais das duas regiões afetadas.

Em Natal, Rio Grande do Norte, a falta de sinalização dos semáforos fez o trânsito da capital ficar lento. Agentes de trânsito se posicionaram nos principais cruzamentos para evitar acidentes. Mas não impediram a formação de congestionamento nas avenidas Senador Salgado Filho e Bernando Vieira, que ligam os principais bairros da cidade.

Sem energia, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Potiguar, maiores centros de ensino da cidade, suspenderam as aulas. Hospitais precisaram usar geradores e suspender as visitas.

O incidente causou prejuízo para o comércio em várias cidades. Em Teresina, Piauí, a lojista Maria Alice ficou pelo menos três horas sem energia.

— Tenho um pequeno comércio e estou preocupada em perder cerveja, iogurte e outros produtos perecíveis, como queijo — relatou.

COMÉRCIO ÀS LUZ DE VELAS

Lojas em Belém, no Pará, passaram pelo mesmo transtorno. Muitos decidiram fechar as portas por medo de assalto e furto. Mas alguns estabelecimentos resolveram permanecer abertos à luz de velas.

Usar iluminação alternativa foi a solução encontrada por alunos de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que recorreram às lanternas do celular para fazer uma prova, segundo informações do portal G1.

— Quando eu apliquei a prova, ainda tinha energia. Já no fim da prova, faltou luz. Aí usamos o celular para concluir — contou o professor Daniel Ziliani ao portal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Caro e ruim

O apagão no Norte e Nordeste ontem expôs ainda mais as fragilidades do setor elétrico brasileiro. O consumidor paga caro pela conta de luz, mas sofre com a qualidade do serviço. Até Pernambuco, estado do **ministro Fernando Coelho Filho**, ficou às escuras. Adriano Pires, da consultoria CBIE, explica que o sistema no Nordeste está operando no limite e defende que o governo deveria ligar as usinas térmicas da região, para dar mais segurança ao sistema. O Nordeste depende muito das eólicas, que é uma energia intermitente. "Na Califórnia, para cada 3 MW de energia solar e eólica no sistema, é contratado 1 MW de geração térmica" afirmou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras estuda fechar acordo nos EUA

Estatual é alvo de ação de investidores que alegam perdas com corrupção.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, admitiu ontem que a empresa pode fechar um acordo para encerrar um processo na Justiça dos Estados Unidos. Assim como a Petrobras, a estatal é alvo de uma ação coletiva

de investidores americanos que alegam ter sofrido prejuízos devido ao envolvimento da empresa em casos de corrupção descobertos durante as investigações da Operação Lava-Jato. Perguntado por jornalistas se existe a possibilidade de a Eletrobras fechar um acordo semelhante ao que foi anunciado pela Petrobras, Ferreira respondeu:

— Tem. Mas o nosso caso é muito diferente do deles. Não são comparáveis. Nós não estamos na mesma condição que a Petrobras, certamente. O estágio dos processos é diferente.

A Petrobras anunciou em janeiro ter assinado um acordo em que aceita pagar US\$ 2,95 bilhões aos investidores americanos que foram prejudicados com a desvalorização de suas ações. O objetivo do acordo foi encerrar uma ação coletiva, chamada tecnicamente de class action, movida por investidores do mercado de ações contra a estatal. A Eletrobras trabalha para resolver o processo nos EUA na tentativa de reestruturar sua dívida e ser um ativo mais claro e atrativo no momento da privatização.

Em 2015, investidores americanos entraram na Justiça contra a estatal, após denúncias de corrupção. A justificativa usada pelos advogados foi a de que não seria possível assegurar que a empresa prestou informações adequadas aos investidores.

Além disso, dizem ter ficado evidente a falta de controles internos e financeiros na estatal, o que sujeita os acionistas a perdas e possibilita pedidos de reparação dentro das leis do mercado acionário americano. O governo trabalha para privatizar a Eletrobras no segundo semestre.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento, Eliane Oliveira e Leticia Fernandes

Título: Brasil estaria livre da sobretaxa do aço enquanto negociar isenção

Tributo, que entra em vigor amanhã, fica suspenso até decisão dos EUA.

A indústria siderúrgica brasileira ganhou uma sobrevida após os Estados Unidos informarem que não vão sobretaxar as importações de aço de países que estiverem negociando a exclusão da medida protecionista. O representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, informou ontem que já está em negociações para potencialmente retirar da sobretaxa as vendas de Austrália, Argentina e União Europeia e que "espera começar conversas" também com o Brasil.

A sinalização foi suficiente para que o presidente Michel Temer começasse a comemorar. Durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ele foi informado das declarações do americano e disse à plateia de empresários: — Estou vendo uma declaração feita pela Casa Branca de que o Brasil é um dos países com quem começarão as negociações visando a uma eventual exceção nas tarifas sobre a importação de aço e alumínio. As novas tarifas, mensagem da Casa Branca, não se aplicarão enquanto estivermos conversando sobre o tema.

Após a fala de Temer, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também comemorou. Disse que a notícia chegou um dia depois de ter conversado com o secretário do Tesouro Americano, Steven Mnuchin, durante reunião prévia do G-20, na Argentina.

No fim da tarde, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge, baixou o tom do Planalto e disse a interlocutores que o gesto americano pode ser interpretado como um sinal positivo.

O fechamento do mercado americano aos produtos siderúrgicos — a sobretaxa entra em vigor amanhã — aumentará o já preocupante estoque excedente de aço no mundo, estimado em mais de 700 milhões de toneladas. Pressionado pelo setor siderúrgico, o governo trabalha com duas frentes, caso se confirme a ameaça de surto de importações. Na hipótese de uma invasão de aço no Brasil, o caminho mais certo será a adoção de salvaguarda, que pode ser adotada por tarifa, quota ou preço mínimo, para as importações de todos os mercados fornecedores de siderúrgicos. Basta que as empresas nacionais comprovem que há danos à produção e ao emprego.

PROPOSTA "ANTIDUMPING"

Em uma segunda frente, já existe pronta uma proposta de aplicação de direitos contra dumping — prática desleal de comércio internacional marcada pela oferta de produtos a preços artificialmente baixos —, feito pela China e pela Rússia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges / Renata Batista

Título: Falha no linhão de Belo Monte deixa 70 milhões sem luz

Apagão. Linha de transmissão inaugurada em dezembro, e que custou R\$ 5 bilhões, teve seus circuitos desligados por um erro técnico, prejudicando

principalmente as regiões Norte e Nordeste; população ficou sem energia por pelo menos três horas ontem

Uma falha técnica na linha de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, deixou no escuro, por pelo menos três horas, 70 milhões de pessoas de nove Estados do Nordeste e de outros quatro da região Norte, de acordo com o Operador do Sistema Elétrico (ONS).

“Tivemos praticamente um colapso na região Nordeste”, disse o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata. Ele deu prazo de até 15 dias para análise das causas da falha no disjuntor. Às 20h de ontem, 100% da energia estava restabelecida no Norte e 70% no Nordeste. Houve paralisações também em cidades das regiões Sul e Sudeste.

O efeito dominó na queda de energia ocorre porque a rede de Belo Monte está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que conecta todos os Estados do País, com exceção de Roraima, o único que está fora dessa rede. O desligamento chegou a retirar 18 mil megawatts (MW) do sistema, volume equivalente a 22,5% da carga total do País consumida no momento do blecaute. O motivo do corte está relacionado a um erro técnico ocorrido em um componente da linha de transmissão construída e operada pela concessionária Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE).

A queda ocorreu por conta de erro na calibração do disjuntor, equipamento que faz o controle automático da energia que passa pela subestação de energia de Belo Monte, no Pará. O componente estava calibrado para receber até 3.700 megawatts (MW) de potência, em vez de mais de 4 mil MW, como deveria. Ontem à tarde, quando a transmissão atingiu esse volume limite, o disjuntor simplesmente caiu, paralisando todo o resto da rede.

Improviso.

A falha aconteceu justamente em uma parte da estrutura que a BMTE assumiu da espanhola Abengoa, empresa que faliu sem executar nenhuma obra no local. Para evitar que Belo Monte atrasasse a entrega de sua energia, a concessionária BMTE foi chamada pelo governo para assumir as obras que a Abengoa não fez e que estavam previstas para serem entregues em fevereiro deste ano.

O governo também pediu que o cronograma fosse antecipado em dois meses, levando a concessionária a fazer ligações provisórias na subestação Xingu. O linhaõ de 2,1 mil km de Belo Monte entrou em atividade no dia 13 de dezembro do ano passado. A linha de transmissão, que custou cerca de R\$ 5 bilhões, tem início no município de Anapu, no Pará, a 17 km de distância da usina, e corta 65

municípios de quatro Estados – Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais –, até chegar ao município de Estreito, na divisa de Minas e São Paulo.

A empresa Norte Energia, que é dona da usina e não tem relação com a linha de transmissão, informou que o apagão não teve origem na hidrelétrica e que “a usina também foi afetada pela falha ocorrida”. No mês passado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já tinha apurado uma série de pendências de segurança nos projetos de transmissão que pertencem à Norte Energia, na rede que liga a usina até a subestação Xingu, para se conectar à linha principal da BMTE.

Levantamento de fevereiro da agência apontou que a Norte Energia descumpriu 23 medidas técnicas de segurança que têm o propósito de evitar desligamentos de suas operações. O não atendimento às exigências levou a agência a notificar a concessionária para alertar que a não adoção das medidas poderia resultar em novos “desligamentos”. Por meio de nota, a BMTE confirmou as falhas na linha.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Taxa extra na conta de luz não reduz consumo

TCU conclui que as bandeiras tarifárias, em vigor desde 2015, têm apenas aumentado a arrecadação do setor elétrico sem cumprir o objetivo inicial

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a inclusão das bandeiras tarifárias na conta de luz, que aumentam o preço da energia conforme a falta de chuvas, não tem cumprido sua missão básica: inibir o consumo. Antes disso, o que de fato tem ocorrido é o aumento da arrecadação do setor. A hipótese já tinha sido levantada pela área técnica do tribunal no ano passado, quando decidiu analisar a cobrança extra.

Pelas regras atuais, há quatro bandeiras em vigor. Na bandeira verde, não há taxa extra. A amarela custa R\$ 2,00 para cada 100 quilowatts (kWh) consumidos. Esse valor sobe para R\$ 3 na bandeira vermelha “patamar 1” e para R\$ 3,50 na bandeira vermelha “patamar 2”.

O volume arrecadado pelos adicionais, desde o início da implantação do sistema, em 2015, até fevereiro de 2018, somou cerca de R\$ 21,6 bilhões, segundo o tribunal. Na avaliação do TCU, embora os recursos tenham permitido um melhor equilíbrio de contas das distribuidoras de energia, há um “desvirtuamento do objetivo principal das bandeiras”, situação que recai sobre a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ontem, o ministro relator do processo, Aroldo Cedraz, confirmou o que já se imaginava. “Verificou-se que as bandeiras tarifárias não estão alcançando o relevante objetivo de provocar consumo consciente de energia nos períodos em que a geração está mais cara, estando elas, na verdade, assumindo um papel cada vez mais importante de antecipar receitas para evitar um acúmulo de custos para as distribuidoras de energia, deixando em segundo plano a preanunciada intenção de atuar como sinalizador para redução de consumo”, disse Cedraz.

A Corte de contas deu prazo de 180 dias para que o **Ministério de Minas e Energia** e a Aneel façam um “realinhamento” das bandeiras aos “reais objetivos almejados” com a cobrança extra. O TCU também deu prazo de 30 dias para que a Aneel, em articulação com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), publique relatórios mensais com informações detalhadas sobre as bandeiras, com transparência para o cidadão.

Para além de dar um “sinal de preço” ao consumidor, as bandeiras passaram a cobrir os rombos financeiros causados pelo “risco hidrológico”. “Essa alteração de foco tem como uma de suas prováveis causas, a meu ver, a falta de priorização, por parte do órgão regulador, da finalidade sinalizadora desse mecanismo de reação da demanda, cujo alcance nem, sequer vem sendo monitorado”, disse Cedraz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: EDP conclui compra de fatia de 14,5% da Celesc

Valor da operação foi de R\$ 244 milhões, mas pode alcançar R\$ 450 milhões com a realização de nova oferta pública de ações.

A portuguesa EDP concluiu ontem a compra de 14,5% das ações da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) – ou 33,1% do capital votante –, pertencentes à Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil). O valor do negócio foi de R\$ 244 milhões, mas pode chegar a R\$ 450 milhões com a realização de um leilão de Oferta Pública de Ações Voluntária (OPA).

O objetivo é adquirir até 32% das ações preferenciais da companhia, o que aumentaria a participação total para 33,6%. Com a medida, o grupo se tornaria o maior detentor de ações preferenciais da elétrica e teria direito a mais um assento no conselho, afirma o presidente da empresa Miguel Setas. Hoje a Celesc, composta por geradoras e distribuidoras de energia, é controlada pelo governo do Estado, que detém 50,18% das ações ordinárias da companhia.

Segundo Setas, o negócio faz parte da nova estratégia do grupo que encontrou no Estado de Santa Catarina um ambiente adequado para novos investimentos. “A parceria com a Celesc integra um novo ciclo de crescimento da EDP no Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão de energia e na ampliação da nossa presença em novas geografias”, avalia Setas.

Ele comenta que, em abril do ano passado, a EDP arrematou em leilão do governo federal uma linha de transmissão em Santa Catarina em parceria com a Celesc. O projeto vai somar investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão em 485 quilômetros de linhas. Nesse empreendimento, o grupo português detém participação de 90%, e a Celesc, 10%.

Prioridade.

O presidente da EDP diz que o foco da empresa é no longo prazo. Ou seja, se um dia o Estado resolver privatizar a companhia elétrica, o grupo estará bem posicionado. “É um investimento num Estado que elegemos como prioridade no nosso plano de negócios.” O grupo EDP atua hoje nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia.

Na geração, a empresa tem 2.800 megawatts (MW) de capacidade instalada em hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e termoelétricas em sete Estados brasileiros. No segmento de distribuição controla duas concessionárias nos Estados de São Paulo e Espírito Santo. Do lado da Celesc, a estatal atende 92% do Estado de Santa Catarina e tem 81 MW de capacidade instalada. A empresa também detém 51% de participação na Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Felipe Frazão, Lorena Rodrigues, Lu Aiko Otta E Gabriel Bueno Da Costa

Título: Sem confirmação, Temer anuncia isenção de sobretaxa

Segundo o presidente, EUA vão suspender a taxa do aço durante as negociações com o País; informação, no entanto, não partiu da Casa Branca

O presidente Michel Temer disse ontem que os Estados Unidos vão negociar com o Brasil a sobretaxa de 25% no aço e de 10% no alumínio e que as tarifas serão suspensas enquanto as conversas estiverem em curso. Embora ele tenha creditado a informação à Casa Branca, o governo americano não emitiu nenhum comunicado oficial.

Ontem, o representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, falou durante três horas e meia em uma comissão da Câmara dos Representantes sobre as barreiras que entram em vigor amanhã. Ele chegou a mencionar o Brasil, dizendo que espera negociar “em breve” com o País uma isenção nas tarifas de importação do aço e do alumínio.

Mas em nenhum momento afirmou que elas seriam suspensas, como anunciou o presidente na abertura da 47.ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). “Soube agora de uma declaração da Casa Branca de que o Brasil é um dos países que começarão as negociações, que visam a eventuais exceções das tarifas de importação do aço e do alumínio”, disse Michel Temer.

Ele acrescentou que, segundo mensagem recebida do governo de Donald Trump, as taxas não serão aplicadas enquanto as conversações não forem concluídas. “Portanto, uma boa notícia”, comemorou o presidente. Em seu depoimento, o americano confirmou que o Canadá e o México, parceiros dos EUA no Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta, na sigla em inglês), podem ser excluídos das tarifas, que entram em vigor nesta semana.

Ele também disse que a Coreia do Sul está em situação similar à dos dois países do Nafta, em relação ao tema. Os EUA têm ainda dialogado com Austrália, Argentina e União Europeia sobre possíveis isenções tarifárias, acrescentou Lighthizer. Questionado sobre a declaração de Temer, o ministro da Casa Civil confirmou a informação.

“O embaixador Sergio Amaral mandou aquela mensagem, que foi recebida pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, que passou para o presidente Michel Temer, dizendo que com o Brasil a negociação do aço estava iniciada e enquanto houver a negociação não serão implementadas aquelas restrições que foram originariamente estabelecidas.” Segundo o ministro, o comunicado de Sergio Amaral foi oficial. “Vale o que foi comunicado pelo embaixador”, disse.

Segundo o Itamaraty, o embaixador Sérgio Amaral enviou para o ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes, informação sobre a fala de Robert Lighthizer. À noite, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) divulgou uma nota na tentativa de contornar a saia-justa.

O Mdic informou que o governo Trump “avalia” a não aplicação das sobretaxas ao Brasil. Para o ministro Marcos Jorge, o gesto pode ser interpretado como um sinal positivo por parte do governo americano no sentido de evitar a imposição de sobretaxas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Fundos planejam venda de parte de ações que detêm na Vale**

Fundos de pensão brasileiros liderados pela Previ (do Banco do Brasil) planejam vender de 10% a 12,5% de suas participações na mineradora Vale por meio de uma oferta pública de ações, disseram quatro fontes com conhecimento do assunto.

Essa venda pode levantar até R\$ 8 bilhões se o BNDESPAR, braço de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também vender parte de sua fatia na Vale, de acordo com essas fontes.

A companhia japonesa Mitsui e a holding de investimentos Bradespar, que também fazem parte do bloco de controle da Vale junto com os fundos de pensão, preferem manter suas participações na companhia e não devem se desfazer de suas fatias na mineradora, disseram essas mesmas pessoas a par do assunto.

Sem controlador.

A venda de ações representa um passo importante no processo de pulverização do bloco de controle da Vale, depois que a maior produtora global de minério de ferro unificou suas ações para ordinárias e migrou para o Novo Mercado, o mais alto nível de governança da bolsa paulista B3.

Ontem, as ações da companhia subiram 2,16%, cotadas a R\$ 42,50. Procurados, Previ, Petros, Funcef, Fundação Cesp, BNDESPAR, Mitsui e Bradespar não comentaram o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Metrópole****Autor: Nilton Fukuda****Título: Gravação derruba diretora do Ilume**

Administração. Decisão foi tomada após divulgação de áudio que indica suposto recebimento de suborno de empresa que venceu licitação de R\$ 6,9 bilhões; Denise Abreu ficou conhecida em 2007 por comandar a Agência de Aviação Civil durante caos aéreo

Denúncia. Denise nega ter praticado irregularidades; Ministério Público vai investigar caso

Uma gravação sobre o recebimento de suposta propina da empresa que gerencia postes de luz da capital derrubou ontem a diretora do Ilume, Denise Abreu.

A divulgação de um áudio indicando um suposto recebimento de propina da empresa que venceu a licitação bilionária para gerenciar os postes de luz de São Paulo derrubou ontem a diretora do Departamento de Iluminação Pública (Ilume), Denise Abreu. Conhecida por ter chefiado a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) durante o caos aéreo, em 2007, a advogada é alvo de investigação do Ministério Público Estadual (MPE).

Na gravação, revelada pela rádio CBN e obtida pelo Estado, Denise diz para Cristina Chaud de Carvalho, sua secretária à época, que teria de parar de pagar a mesada adicional ao salário porque a empresa FM Rodrigues, responsável pela gestão dos postes da capital, não iria vencer a concorrência da Parceria Público-Privada (PPP) da Iluminação. A conversa foi gravada pela própria Cristina em dezembro de 2017.

“Eu vou te dar os seus três (R\$ 3 mil)... Mas a empresa (FM Rodrigues) não tem mais contrato e eu não vou ter como arcar daqui pra frente com isso. É o último mês. Simplesmente não tem como”, afirma Denise, que foi nomeada para comandar o Ilume no início da gestão pelo prefeito João Doria (PSDB) após ter desistido de disputar a eleição de 2016 pelo Partido da Mulher Brasileira (PMB) para apoiar a candidatura do tucano.

Após a divulgação do áudio, Doria demitiu Denise ontem pela manhã. Também determinou que a Controladoria-Geral do Município (CGM) apure as declarações divulgadas no áudio e a regularidade da licitação da PPP, além de ajudar a investigação do MPE. Para o cargo de Denise, Doria nomeou o procurador do Município Paulo Nanini, ex-superintendente do Serviço Funerário Municipal.

Apesar da preocupação de Denise, o consórcio FM Rodrigues/CLD venceu a licitação. Isso ocorreu após uma longa batalha judicial com o consórcio concorrente Walks, integrado pela WPR Participações – grupo WTorre –, a Quaatro e a KS Brasil Led Holdings.

Embora tenha apresentado uma proposta de R\$ 23,25 milhões por mês, ante R\$ 30,15 milhões da FM Rodrigues, o Walks foi desclassificado do certame pela Prefeitura porque uma das empresas do consórcio é controladora da Alumini,

declarada inidônea pela Controladoria-Geral da União (CGU). No áudio divulgado, Denise disse ser “inimiga da WTorre”.

Assinatura. No valor de R\$ 6,9 bilhões, o contrato da PPP com a FM Rodrigues foi assinado por Doria dia 8 e prevê conceder o parque de iluminação paulistano por 20 anos e a troca de todas as lâmpadas da capital por LED até 2021.

Em nota, Denise negou que tivesse praticado qualquer irregularidade, disse que vai esclarecer as “acusações infundadas” e que não poderia interferir na PPP porque não participou da comissão de licitação.

Já a FM Rodrigues informou que “não cometeu nenhum ato irregular ao longo do processo da PPP” e que em seus 50 anos de história sempre esteve pautada pela ética e pela relação de confiança com clientes, população e administrações públicas”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Coluna

Autor: RICARDO BALTHAZAR (interino)

Título: Eu aceito

Painel

Dirigentes do MDB esperaram quase uma hora pela chegada do **ministro de Minas e Energia, fernando coelho filho**, para sua filiação ao partido nesta quarta (21). Quando ele chegou, brincaram dizendo que já havia um boato de que a noiva fugira do casamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: PATRÍCIA CAMPOS MELLO DE SÃO PAULO TALITA FERNANDES DE BRASÍLIA

Título: Temer fala em suspensão de tarifa do aço sem ter base oficial dos EUA

Não houve mensagem da Casa Branca garantindo que Brasil terá sobretaxa suspensa enquanto negocia

Única menção ao país ocorreu, de maneira vaga, durante uma audiência pública no Congresso americano

O presidente Michel Temer anunciou que os Estados Unidos iriam suspender as sobretaxas sobre o aço brasileiro sem ter recebido uma confirmação oficial do governo americano.

Na tarde desta quarta-feira, Temer anunciou em reunião do Conselho que estava lendo uma mensagem da Casa Branca e que o Brasil teria as tarifas suspensas enquanto estivesse em negociação com a Casa Branca sobre o tema.

“Estou lendo agora uma declaração feita pela Casa Branca de que o Brasil é um dos países pelos quais começarão as negociações visando a eventuais exceções as tarifas de importação de aço e alumínio”, disse Temer.

“As novas tarifas, mensagem da Casa Branca, não se aplicarão enquanto estivermos em negociação. Uma boa notícia”, disse o presidente.

No entanto, não houve nenhuma mensagem da Casa Branca garantindo que o Brasil estará entre os países que terão as tarifas suspensas enquanto se negocia, embora o governo americano afirme que o país tem boas condições e que irá negociar.

O governo americano havia anunciado anteriormente que as tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio entrariam em vigor nesta sexta-feira (23), e os únicos países que haviam recebido isenção eram México e Canadá.

Em entrevista, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que Temer havia recebido uma comunicação oficial do governo americano informando a suspensão.

“O embaixador Sérgio Amaral que mandou aquela mensagem, que foi recebida pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, que passou para o presidente Michel Temer, dizendo que, com o Brasil, a negociação do aço estava iniciada e, enquanto houver a negociação, não serão implementadas aquelas restrições que foram originariamente estabelecidas”, afirmou o ministro Padilha.

SEM COMUNICAÇÃO

A Folha apurou que o governo americano não enviou nenhuma comunicação oficial à embaixada do Brasil em Washington, que, por sua vez, não a repassou ao ministro Aloysio Nunes.

A única declaração oficial consta do depoimento do representante de comércio dos EUA (USTR), Robert Lighthizer, durante audiência no Congresso americano na tarde desta quarta-feira hoje. Ele não afirmou que o Brasil estava entre os países que teriam a aplicação das tarifas suspensa enquanto negociam com os EUA, até dia 30 de abril. Lighthizer disse apenas que Canadá e México estavam excluídos, enquanto se renegocia o Nafta.

Disse que o país estava em negociações (sobre possível exclusão da tarifa) com a Argentina, União Europeia e Austrália, e que “em breve começaremos a falar com

o Brasil”. Depois, ele afirmou que “alguns países”, sem especificar quais, estarão “em uma posição em que as tarifas não serão aplicadas sobre eles enquanto estiverem em curso as negociações”.

Posteriormente, na audiência, ele afirmou que o Brasil era um exemplo “inusual” e “único” porque exportava, na maioria, aço semi-acabado para os EUA, e que o escritório de comércio iria levar isso em consideração. Depois, ele afirmou que existem características que fazem do Brasil um caso único, mas que a decisão depende do presidente Donald Trump.

O Brasil exporta US\$ 2,6 bilhões em aço para os Estados Unidos. O país é o maior importador de aço brasileiro.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) emitiu nota comemorando a fala de Lighthizer por abrir possibilidade de negociação.

Segundo a nota, o ministro Marcos Jorge acredita que o gesto pode ser interpretado como um sinal positivo por parte do governo norte-americano no sentido de evitar a imposição de sobretaxas.

“O governo brasileiro tem feito diversas gestões com os Estados Unidos, a fim de demonstrar que as suas exportações de aço e alumínio para aquele mercado não representam risco à segurança nacional daquele país. O ministro reforça que espera um desfecho positivo, no qual o Brasil não seja indevidamente atingido por restrições comerciais.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Empresas dos EUA pedem isenção ao Brasil

Enquanto o governo brasileiro negocia com os Estados Unidos uma isenção da tarifa sobre o aço, siderúrgicas americanas e que compram o aço importado estão recorrendo ao Departamento do Comércio para pedir exclusões das sobretaxas — numa segunda via para retirar o Brasil da medida.

Pelo menos duas grandes consumidoras do aço nacional devem entrar em breve com o pedido: a Vallourec, que tem uma subsidiária no Brasil, e a Califórnia Steel.

As empresas ainda estudam como farão a petição, que é considerada extensa e complexa. É necessário fazer um pedido específico para cada item importado, de cada país fornecedor. O prazo foi aberto nesta semana.

Mesmo assim, o recurso é considerado essencial. O principal argumento é que o aço importado, em especial o brasileiro, complementa a produção americana.

“É preciso fazer um ajuste fino nessa medida. Do contrário, o remédio vira veneno”, afirmou à Folha o empresário Marcelo Botelho, presidente da Califórnia Steel.

A empresa, uma das maiores siderúrgicas da costa oeste dos EUA, importa 96% do insumo — cerca de metade dela vem do Brasil, assim como do México e Japão.

Seus clientes são americanos, entre indústrias de construção civil e fabricantes de equipamentos agrícolas e ar-condicionado.

O diretor da Califórnia Steel é brasileiro, já trabalhou para a Vale (que é uma das acionistas da empresa) e assumiu a presidência da companhia americana há cerca de dois anos.

Ele nega qualquer tipo de protecionismo ao aço brasileiro.

O processo de avaliação no Departamento de Comércio dura 90 dias. Nesse período, as companhias devem assumir o custo extra -e se preocupam por quanto tempo conseguirão se manter.

Desde que o presidente Donald Trump anunciou a medida, no início deste mês, o preço do aço nos Estados Unidos aumentou entre 10% e 20%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estudo indica que medida levaria Brasil a perder US\$ 1,3 bi por ano em exportações

Estudo realizado pela Camex indica que, caso a tarifa americana de 25% sobre o aço entre em vigor, o Brasil pode perder cerca de US\$ 1,3 bilhão em exportações por ano.

No ano passado, o país exportou US\$ 2,6 bilhões em aço para os EUA, que é o principal mercado para o Brasil, absorvendo um terço das vendas. Segundo estimativa da Camex, haveria impacto sobre 52% a 53% das exportações siderúrgicas para os Estados Unidos.

Canadá e México, concorrentes do Brasil, estarão isentos da tarifa, pelo menos enquanto se renegocia o Nafta. A Coreia do Sul, outro grande concorrente, pode acabar excluída, por conta da parceria com os EUA nas negociações pelo

desarmamento da Coreia do Norte e da renegociação do acordo comercial que o país mantém com os americanos.

Com isso, o Brasil estaria em ampla desvantagem diante de seus principais concorrentes.

Mas, na visão de autoridades e especialistas que acompanham a negociação, há bastante espaço de manobra para o Brasil conseguir reduzir o impacto das barreiras.

A percepção é de que a medida é característica do governo Trump. “É a tática do bate e assopra, anuncia medida dura, aí cria espaço para negociação”, diz Diego Bonomo, gerente executivo de assuntos internacionais da CNI.

Espera-se que o governo americano demande do Brasil apoio no endurecimento contra a China, em relação ao excesso de capacidade de produção de aço. O Brasil não teria problemas em relação a essa exigência.

Outra demanda que se espera da Casa Branca é a chamada “restrição voluntária de exportação”, pela qual o Brasil se comprometeria a limitar suas vendas para o país ao volume exportado em um determinado ano.

Na visão de um especialista, se o Brasil conseguir que a restrição atinja apenas os produtos siderúrgicos, a minoria da exportação brasileira, e poupe os semi-acabados, já será uma vitória.

O país também pode barganhar com concessões em produtos de interesse dos EUA —maior abertura para importação de trigo de fora do Mercosul e remoção da tarifa sobre etanol importado.

O setor privado continua fazendo gestões junto às indústrias americanas que importam aço brasileiro, como as de eletrodomésticos e automóveis. Elas devem entrar com pedidos no Departamento de Comércio argumentando que as tarifas podem encarecer o produto final e que não há substitutos nacionais em quantidade ou qualidade suficientes.

Mas esse processo será burocrático e moroso, pode levar até 90 dias.

A declaração do representante de comércio, Robert Lighthizer, em audiência no Congresso, foi recebida com otimismo. Os países terão até dia 30 de abril para “apresentar seus casos” para o governo americano e tentar ser excluídos, em parte ou totalmente, das barreiras. Alguns países, possivelmente o Brasil, podem ter as tarifas suspensas enquanto negociam.

Mas observadores criticam a demora do presidente Temer para telefonar para o presidente Donald Trump. Vários outros líderes já ligaram para o americano, cientes de que Trump é bastante suscetível à diplomacia presidencial e que critérios técnicos podem importar menos. Já existem “talking points” para Temer, discutidos com a indústria em encontro com o presidente: impacto sobre as importações brasileiras de carvão americano, de US\$ 1 bi, o Brasil ser um dos principais investidores nos EUA, inclusive no setor siderúrgico, e o país acumular déficits com os americanos.

É preciso acelerar a negociação, dizem especialistas. “A Austrália, União Europeia e Argentina estão em estágio avançado de negociações para exclusão das tarifas, o Brasil teve ao menos o reconhecimento de que começou a negociar”, diz Pablo Bentes, diretor-executivo do escritório de advocacia Steptoe & Johnson, em Washington.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Conflito familiar leva a ação que pede venda das empresas do grupo Vicunha

Um conflito entre dois ramos da família Steinbruch virou ação judicial que pede a venda de todas as empresas do grupo Vicunha: a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Vicunha Têxtil, o Banco Fibra, fazendas e uma securitizadora, entre outros.

O patrimônio líquido total em disputa supera os R\$ 8 bilhões, e a receita anual conjunta em 2016 ficou acima de R\$ 20 bilhões.

A ação, que foi impetrada nesta quarta (21), é movida pela CFL Participações, holding de Leo e Clarice Steinbruch, primos de Benjamin, que é presidente da CSN e colunista da Folha.

Leo e Clarice são minoritários nas empresas e tomaram a decisão de ir à Justiça depois de terem sido excluídos da administração do grupo têxtil e do siderúrgico, em janeiro, e do patrimônio imobiliário, na segunda (19), de acordo com o advogado Ricardo Tepedino, do escritório Tepedino, Migliore, Berezowski e Poppa.

A ação é movida contra a holding Rio Purus, dos irmãos Benjamin, Ricardo e Elisabeth. Procurado, o advogado da Rio Purus, Paulo Laz-zareschi, afirmou não poder se manifestar porque ainda não tinha conhecimento dos termos da ação.

As empresas em disputa foram constituídas pelos irmãos Mendel (pai de Benjamin, Ricardo e Elisabeth) e Eliezer Steinbruch (pai de Leo, Clarice e Fabio, já morto).

Em 1994, Mendel e Eliezer fizeram um contrato para regular a relação dois dois, assinado também pelos seis filhos herdeiros.

De acordo com Tepedino, o acordo estabelecia que 60% da Vicunha e da CSN seriam propriedade de Mendel, e 40%, de Eliezer.

Nos demais negócios, a divisão seria de 55% para Mendel e 45% para Eliezer.

Após a morte dos patriarcas, em 1994 e 2008 respectivamente, houve várias tentativas de acordo para separar o patrimônio, sem sucesso.

“A situação de convívio se deteriorou, e a Rio Purus passou a desrespeitar todas as regras de governança que constavam do contrato de 1994”, afirma Tepedino.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO/ CAROLINA LINHARES DE SALVADOR

Título: Apagão em 13 estados deixa 70 mi sem luz

Todo o Nordeste foi atingido por falta de energia após falha no sistema de transmissão da usina de Belo Monte

Operador do sistema manda distribuidoras do Centro-Oeste e Sudeste desligar força para parte dos clientes

Uma falha no sistema de transmissão da energia da usina de Belo Monte deixou cerca de 70 milhões de pessoas sem luz nesta quarta-feira (21). O problema foi causado por um disjuntor na subestação Xingu, no Pará, inaugurada há apenas três meses.

O apagão teve início às 15h48 e atingiu todos os estados do Nordeste, além de Amazonas, Pará, Tocantins e Amapá. No Sudeste e no Centro-Oeste, houve impactos isolados.

Até as 19h45, o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) ainda atuava para restabelecer a energia no Nordeste. “Não estamos satisfeitos com o tempo de recomposição, mas esse procedimento precisa ser feito com cautela”, disse o diretor-geral do órgão, Luiz Eduardo Barata.

O sistema de transmissão de Belo Monte foi inaugurado em dezembro de 2017 e acabou de passar por testes para atingir sua capacidade máxima, de 4 mil megawatts (MW) —no momento da falha, estava em 3,7 mil MW.

A falha do disjuntor retirou a usina do Sistema Interligado Nacional (SIN), que é o conjunto de redes de transmissão de energia do país. Como procedimento de proteção, as redes das regiões Norte, Nordeste e Sudeste/ Centro-Oeste foram isoladas umas das outras.

O impacto foi maior nas duas primeiras porque o Norte ficou com mais energia do que sua rede suporta e o Nordeste é dependente de energia de outras regiões —nesta quarta, cerca de 30% da energia consumida pelos nordestinos veio de outros estados.

Em Salvador e Recife, o apagão provocou a interrupção das viagens do metrô e de trens urbanos.

A Anatei (Agência Nacional de Telecomunicações) disse que foi informada de interrupções nas redes de telefonia móvel nas regiões Norte e Nordeste.

“Ficamos sem vender por duas horas”, lamentou Erica Sampaio, gerente de um dos restaurantes do aeroporto de Salvador, que ficou sem luz às 15h50 e só teve o fornecimento completamente restabelecido às 18h.

“A internet do celular está muito ruim, mas pior é o calor”, disse o engenheiro Amadeu Faria, 31, que estava de passagem pela capital baiana.

PAÍS

Distribuidoras de estados do Sudeste e Centro-Oeste receberam a determinação de cortar parte de seus clientes para proteger o resto do país do apagão.

A Eletropaulo informou que as regiões norte, leste e parte do ABC foram atingidas. No Rio, a Light cortou a luz de 321 mil clientes nas zonas oeste e norte da capital e em municípios do interior.

Barata disse que, apesar do problema, considera que o sistema elétrico brasileiro está em situação confortável.

No momento do apagão, o país consumia cerca de 70 mil (MW) de energia, menos da metade da capacidade de geração, que é de cerca de 150 mil MW, disse ele. A falha no disjuntor derrubou um consumo de 18 mil MW no Norte e Nordeste e 4,2 mil MW no Sudeste e Centro-Oeste.

O sistema de transmissão de Belo Monte é operado chinesa State Grid. Em nota, a empresa informou que preliminarmente o problema foi provocado por mau funcionamento da proteção do disjuntor. A empresa diz que o sistema foi reiniciado às 16hll.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel

Título: Alento na taxa do aço

O presidente Michel Temer comemorou com empresários a informação de que os Estados Unidos pretendem negociar com o Brasil a cobrança diferenciada para as taxas de importação do aço e do alumínio brasileiros. Enquanto as conversas ocorrerem, segundo o presidente, “a cobrança da nova tarifa não ocorrerá”.

“Estou vendo agora uma declaração feita pela Casa Branca de que o Brasil é um dos países com quem começarão as negociações, visando eventual exceção às tarifas de importação de aço e alumínio. As novas tarifas, mensagem da Casa Branca, ‘não se aplicarão enquanto estivermos conversando sobre o tema’”, anunciou Temer, durante a abertura da 47ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). “Portanto, uma boa notícia, que eu acho que traz os bons augúrios para esta reunião do nosso Conselho”, resumiu.

Em 8 de março, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a sobretaxa de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre as do alumínio. Segundo Temer, a questão do aço ajudou a acelerar as negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. “Estamos a um passo de fechar o acordo”, garantiu o presidente, que aproveitou o encontro para fazer autoelogios à administração, como um verdadeiro pré-candidato à Presidência. Na véspera, disse que sua candidatura “não é improvável”.

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, contou que Temer recebeu a notícia da abertura de negociações e da suspensão da sobretaxa do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, que foi comunicado da decisão da Casa Branca pelo embaixador do Brasil nos EUA, Sergio Amaral. Ontem, o representante do Comércio americano, Robert Lighthizer, disse, em audiência no Congresso dos EUA, que o Brasil é um dos países com os quais o governo americano deve negociar tarifas diferenciadas.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, a negociação dos EUA com o Brasil é “muito importante e muito

positiva.” “Agora, vamos ter que nos preparar, mostrando que o aço brasileiro, na verdade, ajuda muito a indústria americana”, afirmou. Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), considerou a notícia dada por Temer como “um alento”, mas demonstrou cautela. “Esperamos agora os desdobramentos. Sabemos que em negociações ambas as partes precisam ceder em algo”, afirmou.

Colaborou Vera Batista

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Apagão afeta um quarto do país

Um apagão de grandes proporções afetou várias regiões do país ontem, principalmente o Norte e o Nordeste, que ficaram mais tempo sem energia elétrica. Uma linha de transmissão de Belo Monte saiu do Sistema Interligado Nacional (SIN) às 15h48 e houve uma queda na carga (consumo mais as perdas do sistema) de 18 mil megawatts (MW), o que correspondia, naquele momento, a 22,5% do total do país. No Distrito Federal, o incidente provocou o desligamento automático de quatro subestações e 128 mil consumidores ficaram sem eletricidade até as 16h08.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, garantiu que o país não corre o risco de sofrer mais apagões, porque não foi um problema de abastecimento. “Foi um incidente que aconteceu em uma linha de transmissão. Do ponto de vista do abastecimento, estamos tranquilos para enfrentar o ano de 2018”, assegurou. Por volta das 19h, Coelho Filho disse ter obtido a informação de que 80% a 85% dos consumidores de algumas capitais do Nordeste já estariam com o abastecimento restabelecido.

“No momento do incidente, a carga do país era de quase 80 mil megawatts (MW) e o sistema perdeu 18 mil MW. Como a perda foi muito grande, a recuperação total demorou”, disse. Coelho Filho destacou que a linha de transmissão afetada foi inaugurada recentemente. “Ela vinha operando com 2 mil MW e, numa tomada para 4 mil MW — o que é completamente condizente com o porte da linha —, saiu do sistema. Ainda não temos a informação oficial, mas o ONS vai fazer uma investigação”, afirmou.

Inicialmente, o órgão federal, responsável por gerenciar e fiscalizar a entrega de energia em todo o Brasil, afirmou que o apagão começou às 15h48 por conta de uma “uma perturbação” no Sistema Interligado Nacional (SIN), que causou o desligamento de cerca de 18 mil MW. “Por causa dessa queda, um esquema

regional de alívio de carga entrou em operação, atingindo as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com corte automático de consumidores no montante de 4,2 mil MW”, informou.

Os sistemas Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficaram algum tempo desconectados do Norte e Nordeste, mas, às 16h15, já havia sido realizada a recomposição de praticamente toda a carga nessas regiões. Mais tarde, o ONS disse que a falha ocorreu em um disjuntor na subestação Xingu, no Pará, que ocasionou o desligamento automático de diversas linhas de transmissão, entre elas Norte/Nordeste/Centro-Oeste, Tucuruí/Manaus, Tucuruí/Vila do Conde, Xingu/Estreito e Belo Monte.

“Na região Norte, foram desligadas as capitais Manaus, Macapá, Belém, São Luís e Palmas. Na usina hidrelétrica de Tucuruí, nove unidades geradoras continuaram sincronizadas, atendendo cerca de 500 MW de carga no Pará e Maranhão”, explicou o ONS. O processo de recomposição do sistema Norte começou por Manaus, com carga total retomada às 16h44, depois Belém, com normalização às 16h49, São Luís, às 17h10, Macapá, às 17h30, e Palmas, às 17h33.

“O processo de recomposição do sistema Nordeste foi mais lento”, disse o ONS. Às 18h55, segundo o operador, a situação era a seguinte: Fortaleza, 55% da carga religada; Teresina, 50%; Recife, 50%; João Pessoa, 15%; Maceió, 20%; Salvador, 30%; Aracaju, 25%; e Natal, 20%. “A carga total recomposta nesse horário era de 5,6 mil MW, o que representa 50% do previsto”, informou.

Efeito na capital

No Distrito Federal, conforme a Companhia Energética de Brasília (CEB), 128 mil consumidores foram afetados. “Quatro subestações foram desligadas, automaticamente, das 15h48 às 16h08”, informou a CEB. As subestações de Planaltina (37.398 unidades consumidoras), Contagem (27.042), Brazlândia (15.819) e Gama (46.929) caíram, mas a energia foi restabelecida cerca de 20 minutos depois. Os picos também foram sentidos nas regiões Sul e Sudeste. Em Florianópolis, alguns bairros ficaram cerca de 30 minutos sem energia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Nordeste é a região mais crítica

O apagão foi de grandes proporções, atingindo quase um quarto do país, e pode ocorrer de novo, alertou o especialista Roberto Pereira D’Araújo, diretor do

Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina). Segundo ele, o problema foi maior no Nordeste, última região a ter o abastecimento normalizado, porque é mais dependente das transmissões de energia do Norte. “A situação do Nordeste é estruturalmente perigosa. Depende de projetos recém-inaugurados como Belo Monte, que ainda não está conseguindo gerar a toda capacidade. E as eólicas que ficam na região, além de não dar conta da demanda, demoram a voltar a gerar”, explicou.

Como houve uma falha no sistema, automaticamente a geração é desligada, inclusive das eólicas do Nordeste. “Se tem um curto-circuito ou qualquer problema, o ONS precisa cortar a carga. Mas apenas a energia hidráulica volta a gerar imediatamente, quando religada, porque é como uma torneira: abriu, gerou. Eólicas e termelétricas costumam demorar mais”, comparou.

“Quase 25% do país foi atingido. O desequilíbrio foi grande entre geração e carga, assim, os picos de energia foram sentidos em muitos lugares, inclusive Brasília”, disse. Como as causas são estruturais, D’Araújo não descarta novos apagões no Nordeste. “A região pede socorro há muito tempo. O Rio São Francisco, cuja capacidade de reserva é de quase 20% de todo o sistema nacional, perdeu 30% das afluições. Nunca tivemos vazões tão baixas naquele rio. Isso ocorre há mais de 10 anos e ninguém tomou providência”, ressaltou.

Quando o São Francisco está com reservas baixas, obriga toda uma ginástica para acomodação da energia do SIN, inclusive a transferência de grandes blocos por períodos longos via linhas de transmissão, que podem apresentar problemas. “O apagão tem todas as condições para se repetir: vazão menor do rio, dependência de importação do Norte e eólicas, que demoram para voltar a gerar”, explicou. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Gasolina é vendida por menos de R\$ 4

Os postos de gasolina continuam reduzindo os preços. Em alguns estabelecimentos do Setor de Indústrias Gráficas (SIG) e da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), o litro da gasolina está abaixo de R\$ 4. Mas quem quer aproveitar os valores mais em conta deve ficar de olho. Ontem, a Petrobras anunciou novo aumento no valor cobrado nas refinarias, que pode ser repassado ao consumidor pelos revendedores nos próximos dias.

Na EPTG, é possível comprar o litro do combustível por R\$ 3,89 no posto Safeway. No Garantia e no Vtex, o preço é de R\$ 3,99. No SIG, as bandeiras

Petrobras e Shell disputam clientes com gasolina a R\$ 3,98. Nas asas Sul e Norte do Plano Piloto, os preços também estão mais baixos, mas o litro custa R\$ 4 ou pouco mais.

Apesar do recuo das últimas semanas, o taxista Odilon Gonçalves, 67 anos, reclama dos valores ainda elevados. “Gostaria que o combustível fosse mais barato. Trabalho com meu carro e gasto, em média, R\$ 200 por semana”, disse. Ele responsabiliza a política de preços da Petrobras, que ajusta constantemente os valores às cotações internacionais pelos preços altos. “Essa política é uma grande bagunça. Só serve para deixar a população insegura”, lamentou.

O presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, porém, considera a política da estatal como ideal para o país. “As pessoas costumam reclamar, mas é preciso entender que o petróleo está caro. Não há o que fazer, revisão de preços é adotada em qualquer país do mundo”, destacou.

Newton Marques, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), diz que há alternativas para quem quer economizar, além de ficar atento aos postos que cobram menos. “Quem usa o carro para ir e voltar do trabalho todo dia, e gasta mais do que o orçamento permite, precisa pensar no transporte público, por exemplo”, indicou.

O reajuste anunciado ontem pela Petrobras elevou em 1,83% o preço da gasolina nas refinarias, que, a partir de hoje, passa de R\$ 1,596 para R\$ 1,625 por litro. Já o diesel subiu 2,4%, de R\$ 1,775 para R\$ 1,818. O repasse da alta para as bombas vai depender das políticas adotadas por distribuidores e revendedores.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Flávia Maia

Título: Mineração em xeque

O Brasil foi palco recentemente de dois graves acidentes envolvendo a mineração e a água. O rompimento da barragem da mineradora Samarco destruiu o Rio Doce, em Minas Gerais, e trouxe impactos ambientais, econômicos e sociais que não foram sanados dois anos depois da tragédia. No Pará, em fevereiro deste ano, a empresa norueguesa Hydro Alunorte despejou resíduos minerais no rio de Barcarena. Esses acidentes mostram a necessidade urgente de discutir o uso da água na mineração. Por isso, a questão foi tema de uma plenária no 8º Fórum Mundial da Água.

Segundo informações do Centro de Tecnologia de Mineração (Cetem), do governo federal, 90% das plantas brasileiras de mineração precisam de água. Se tem água, barragens precisam ser construídas. Por isso, a representante do órgão defende a busca de técnicas que reduzam o uso de água nova e poupem o recurso. “Diante dos acidentes, novas licenças serão liberadas só se for mais seguro”, esclarece Sílvia França, tecnóloga do órgão, uma das palestrantes. “A empresa não pode pensar apenas em lucro, tem de fazer o dever de casa”, complementa. Depois do acidente no Rio Doce, Minas Gerais endureceu as licenças ambientais e intensificou a fiscalização.

A mineração utiliza aproximadamente de sete a nove bilhões de metros cúbicos de água por ano e traz riscos ambientais como, por exemplo, a exploração em excesso dos recursos naturais e a geração de efluentes tóxicos que contaminam os rios. Além disso, por precisar de muita água e por poder contaminá-la, os conflitos entre a mineração e outras atividades como a agricultura e a pressão urbana vêm crescendo. No município de Paracatu (MG), por exemplo, a extração de ouro e o agronegócio competem pelo uso do recurso. “Paracatu está no seu limite hídrico é classificada como área de conflito de água, por isso, é preciso fazer alocação entre os diversos usuários”, explica Marília Carvalho de Melo, diretora do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).

Além da contaminação e do conflito pelo uso da água, a mineração brasileira precisa lidar com a seca vivida em algumas regiões brasileiras. No Pará, a falta do recurso causada pela escassez de chuvas levou à diminuição da produção de bauxita. Diante disso, é imperativo ao setor repensar o uso do recurso na atividade. Para elevar a disponibilidade hídrica, uma das alternativas seria melhorar a gestão hídrica. Outras opções seriam o tratamento de águas residuais e a dessalinização de água do mar, entretanto, são processos caros e ainda pouco atrativos às empresas.

Uma das soluções apresentadas pelo Cetem para diminuir a dependência de água pela mineração é o investimento em tecnologia de pasta. Nessa opção, os rejeitos são acondicionados em cápsulas. “O processo requer bombas e reagentes especiais, que são caros. Mas é uma solução, porque elas podem ser empilhadas e diminuem o uso de água”, explicou Sílvia França.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Enio Fonseca Nelson Benício

Título: O Fórum Mundial da Água e a geração de energia

Nos últimos anos, o Brasil passou por uma das piores crises hidrológicas de sua história, o que impactou parte da produção agrícola, o abastecimento em algumas das regiões, provocou situações de conflito e, conseqüentemente, afetou a geração de energia hidroelétrica no país. Vale destacar que no nosso território está concentrada uma das maiores reservas de água doce do mundo, o que representa cerca de 50% do total dos recursos da América do Sul e mais de 11% dos recursos mundiais.

Em função da importância desse tema, sedia o 8º Fórum Mundial da Água, que foi iniciado domingo e se estenderá até dia 23, organizado pelo Conselho Mundial da Água, uma instituição internacional que reúne interessados no assunto. O evento acontece a cada três anos e objetiva aumentar a importância da água na agenda política dos governos, além de promover o aprofundamento das discussões, troca de experiências e formulação de propostas concretas para os desafios relacionados aos recursos hídricos.

Durante o evento, os participantes farão parte de atividades e discussões sobre o tema em diversas vertentes, tais como água e energia, economia, setor alimentício, cidades e ecossistemas, debates políticos entre autoridades governamentais e parlamentares, dentre outros. Além do consumo humano, a água tem importância fundamental para a produção de alimentos e geração de energia. Por isso, a gestão responsável desse recurso é um dos princípios que norteiam a visão de sustentabilidade do setor elétrico. A geração hidráulica representa nada menos que 71,5% de nossa matriz energética, o que representou uma capacidade instalada de 101.598 megawatts só em 2016.

Em 2021, esse percentual relativo cairá para 68,3%, embora em números absolutos aumente para uma capacidade instalada de 113.784 megawatts, situação que mostra o quão fortemente o setor energético brasileiro está ligado aos recursos hídricos. Os reservatórios de geração de energia ocupam cerca de 0,4% da superfície territorial do Brasil e estão presentes em nossas 12 regiões hidrográficas.

Contudo, é importante ressaltar que a geração hidráulica não se caracteriza pelo uso consuntivo da água. Os usos consuntivos são os que retiram água do manancial para sua destinação, como a irrigação, a utilização na indústria e o abastecimento humano. O processo de geração se caracteriza pela passagem da água pelas turbinas, sem que algum tipo de efluente industrial seja acrescentado ao volume utilizado.

Vale destacar ainda que os reservatórios, construídos para acumular água para geração de energia elétrica, auxiliam na regularização da disponibilidade hídrica da bacia. Eles proporcionam vazões maiores durante os períodos de seca, evitam e minimizam enchentes durante o período chuvoso. Além das vantagens

da regularização, a água armazenada no reservatório pode também ser utilizada para outras finalidades, como abastecimento humano e industrial, irrigação, navegação, pesca, produção agroindustrial, turismo e lazer, proporcionando benefícios para toda a população encontrada nas bacias hidrográficas.

Só a Cemig possui um perímetro de reservatórios da ordem de 8 mil km², o equivalente a toda a costa brasileira, o que pressupõe um complexo processo de gestão desse espaço territorial e sua interface com as populações lindeiras. A companhia opera, por meio de usinas próprias, um total de 41 empreendimentos, gerando cerca de 1.602,262 MW.

Aproveitando o tamanho e a importância do Fórum Mundial da Água, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais lançará o livro Compartilhando as Experiências das Águas de Minas Gerais, que inclui três artigos de responsabilidade da Cemig. No evento, a Cemig, por meio de seus especialistas, oferecerá diversas palestras. A gestão integrada e sustentável da água é um processo complexo, pois é preciso enxergar os grandes desafios e necessidades que compõem a gestão de um recurso, cuja importância é essencial para a sociedade, e que significa qualidade de vida para toda a população brasileira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Daniel Rittner e Camila Maia | Do Rio, Brasília e São Paulo

Título: Linha de Belo Monte falha e Norte e NE têm apagão

Um problema "simples" na subestação Xingu, no Pará, provocou uma interrupção de quase um quarto da carga de energia no país, afetando, principalmente, as regiões Norte e Nordeste. A subestação pertence à concessão responsável pelo primeiro linhão que escoar a energia da megausina Belo Monte para o Sudeste, operada por um consórcio liderado pela chinesa State Grid com participação minoritária da Eletrobras.

Segundo informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a falha, que ocorreu às 15h48, provocou a queda de uma carga de 18 mil megawatts (MW), o que correspondia a 22,5% do consumo total no sistema naquele momento. Até o fechamento desta edição, a interrupção em alguns municípios do Nordeste já durava mais de quatro horas, tendo sido normalizada no restante do país.

O problema na subestação foi registrado em um disjuntor, dispositivo usado justamente para proteger instalações elétricas contra danos relacionados à

sobrecargas ou curto-circuitos. Ele interrompe o circuito quando a corrente não funciona adequadamente.

Todos os Estados do Nordeste foram afetados, e quatro do Norte tiveram interrupção total: Amazonas, Pará, Amapá e Tocantins. Segundo o ONS, os sistemas Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficaram desconectados do Norte e do Nordeste. A separação causou excesso de geração nas duas regiões, gerando praticamente um colapso no Nordeste. Quando acontece uma falha do tipo, um mecanismo automático de proteção do sistema elétrico nacional entra em ação. No entanto, o primeiro estágio do Esquema Regional de Alívio de Carga (Erac) não foi capaz de evitar o corte, apurou o **Valor**.

O problema fez com que o linhão deixasse de enviar 4.200 MW para o sistema. O normal, segundo uma fonte com conhecimento do assunto, seria o Erac cortar uma carga equivalente ao que deixou de ser transmitido, deixando o sistema equilibrado. Isso, porém, não aconteceu.

"Isso deveria ter sido suficiente para sustentar o sistema, mas aconteceu alguma coisa no meio que ainda não sabemos o que foi", disse a fonte. "Temos que ver por que o esquema de alívio da carga não foi suficiente", completou.

Em entrevista coletiva ontem à noite, o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, disse que o problema ainda está sendo investigado, mas tudo indica que houve falha nos equipamentos. "Todos os indicadores que temos são de que o sistema vinha operando com bastante robustez", disse Barata.

Barata explicou que o evento causou uma pequena perturbação no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com impacto de maior gravidade no Norte e Nordeste. "Tivemos praticamente um colapso na região Nordeste", contou.

Segundo ele, "é muito improvável" que tenha havido uma falha humana, e já foi descartada a hipótese de sabotagem no sistema. Se a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) identificar que a falha feriu a regulação, a empresa responsável pela operação do linhão, a Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), poderá ser punida.

Em nota, a State Grid disse que o desligamento está sob análise técnica da BMTE. "Não houve qualquer defeito nas linhas de transmissão em corrente contínua nem nas duas estações conversoras de corrente alternada para contínua e vice-versa", disse a chinesa.

Inicialmente, suspeitava-se que a falha teria ocorrido por uma falha em testes na ampliação da capacidade do linhão de 2 mil MW para 4 mil MW. Segundo Barata, porém, os testes foram encerrados durante o fim de semana e não houve problema.

O diretor-geral do ONS descartou ainda qualquer possibilidade de o apagão ocorrido nesta quarta-feira ter sido causado por sobrecarga e problema de oferta de energia. "A expectativa é que o sistema hoje tem condições de atender toda a carga do país", disse Barata ontem.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, também destacou a segurança do sistema elétrico brasileiro. "Foi um incidente que aconteceu em uma transmissão. Do ponto de vista do fornecimento, do abastecimento, estamos completamente tranquilos para poder enfrentar não só o ano de 2018 como os anos seguintes", disse ele.

O ONS vai fazer uma reunião com todas as empresas envolvidas nesta sexta-feira ou na segunda-feira, disse Barata. Além da BMTE, também devem participar da conversa representantes do Ministério de Minas e Energia, Aneel, Chesf e Eletronorte. A conversa deve acontecer no Rio de Janeiro, onde fica a sede do operador do sistema. Um relatório sobre a análise da perturbação deve ficar pronto daqui 10 a 15 dias.

A recomposição da carga foi feita gradualmente, a fim de evitar novos problemas. Às 20h de ontem, cerca de 60% da carga do Nordeste tinha sido recomposta, e toda a carga do Norte havia sido normalizada. A expectativa era de recomposição total até o fim do dia.

O **Valor** entrou em contato com as principais concessionárias de distribuição de energia das áreas afetadas pelo apagão. Até o fechamento desta edição, porém, muitas delas ainda não tinham contabilizado os números dos consumidores afetados.

A italiana Enel informou que cerca de 4 milhões de clientes foram afetados no Ceará, onde a companhia é concessionária da Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce). Outras áreas de concessão da companhia também foram atingidas. A Enel Distribuição Rio contabilizou 212 mil clientes em 13 municípios em o fornecimento afetado por 12 minutos. Em Goiás, a interrupção atingiu 110 mil clientes em 11 municípios. Destes, 80% tiveram o serviço normalizado em menos de 10 minutos.

Na área de concessão da Neoenergia, o Rio Grande do Norte teve interrupção do fornecimento em 167 municípios, atingindo 1,4 milhão de clientes. Em Pernambuco, foram 184 municípios, afetando 3,7 milhões de clientes. Na Bahia, 55 municípios do oeste do Estado não foram afetados. Com isso, houve falha no fornecimento para 360 municípios, o que afetou 5,4 milhões de clientes.

Em Minas Gerais, segundo a Cemig, 31 municípios ficaram sem energia por cerca de 10 minutos. Os maiores municípios afetados foram Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Uberaba e Uberlândia.

(Colaboraram Cláudia Schüffner, do Rio, Murillo Camarotto, Rafael Bitencourt, Marcelo Ribeiro, Andrea Jubé e Fábio Graner, de Brasília, e Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Distribuidoras de energia superam limite de apaguiños há nove anos

Pelo nono ano seguido, a duração de "apaguiños" ficou acima dos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para as distribuidoras. Foram 14,35 horas sem luz, na média de todo o país, em 2017 - quando o máximo permitido pela agência era 12,78 horas.

Os números variam muito de empresa para empresa. Cada distribuidora tem um teto fixado pelo órgão regulador para o número e a duração dos cortes no fornecimento. Quem ultrapassa esse limite precisa pagar compensações aos consumidores de energia, que vêm na forma de descontos nas contas de luz. O valor total chegou a R\$ 477,16 milhões apenas no ano passado.

Em conjunto, as distribuidoras apresentaram uma queda de 9,3% na duração dos "apaguiños" sobre 2016, mas continuaram com o indicador negativo mesmo após a prorrogação de 41 concessões do segmento no ano anterior. Com mais de sete milhões de consumidores na região metropolitana de São Paulo, a Eletropaulo foi uma das empresas que superaram as metas fixadas pela Aneel. Seus clientes ficaram 11,72 horas sem luz no ano passado - era para ter sido, no máximo, 7,72 horas. A carioca Light teve estouro semelhante.

Com outra metodologia, o **Ministério de Minas e Energia** também faz um monitoramento mensal dos blecautes. Mas, nesse caso, contabiliza apenas interrupções no abastecimento superiores a 100 megawatts (MW) e com pelo menos dez minutos de duração. Houve 92 ocorrências do tipo no ano passado - a menor quantidade desde 2014 - com corte total de 21.689 MW.

De acordo com o ministério, as regiões Norte e Nordeste - principais afetadas pelo blecaute de ontem - concentraram o maior volume de apagões nos últimos anos. Alguns episódios ficaram célebres pela tentativa das autoridades de minimizar o ocorrido.

Em outubro de 2012, quando um apagão deixou no escuro três regiões do país (Sudeste, Centro-Oeste e Sul), o então presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, conclamou os repórteres a não usar mais o termo. "Foi um apaguinho", procurou corrigir.

"Não foi um apagão como o de 2001", acrescentou Chipp, referindo-se ao racionamento de energia no governo Fernando Henrique Cardoso. "O ministro [Édison Lobão, de Minas e Energia] chama de interrupção temporária de energia, porque foi só de meia hora."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Cresce temor de atraso em privatização da Eletrobras

Há um clima generalizado de apreensão entre empresários, autoridades da área energética e parlamentares quanto às perspectivas de privatização da Eletrobras ainda neste ano. Muitos acreditavam que a operação se tornaria prioridade máxima do governo após o engavetamento da reforma da Previdência. Agora, no entanto, aumenta a percepção de que o calendário eleitoral pode inviabilizar a ideia de capitalização da estatal em 2018.

O retrato mais cru da situação política foi dado pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator na Câmara do projeto de lei sobre o tema, que reclamou duramente da desmobilização do Palácio do Planalto e da base aliada no encaminhamento das discussões. "O governo deixou o projeto à própria sorte", afirmou Aleluia, em seminário organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre a privatização da Eletrobras. "Falta foco. O governo precisa entender que há coisas na vida que só se consegue com muito esforço. Não adianta pensar que esse projeto anda de forma natural. Não anda", acrescentou.

Na terça-feira, manobras regimentais de parlamentares da oposição - em especial do PT - bloquearam avanços da comissão especial em funcionamento na Câmara dos Deputados, que não votou requerimentos para audiências públicas. Durante boa parte da sessão, só havia um representante de partidos da coalizão governista. O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) saiu para atender uma ligação telefônica e não voltou mais. Ontem, uma reunião da comissão marcada para 14h30 foi suspensa pelo presidente Hugo Motta (PMDB-PB) sem explicações aos colegas.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, admitiu preocupação com o andamento dos trabalhos. "Lógico que preocupa, porque a gente tem um cronograma. Agora, obviamente, já esperávamos essa resistência."

Dois lobistas do setor elétrico com vasta experiência no Congresso Nacional foram questionados ontem pelo **Valor** sobre o que têm dito aos seus clientes a respeito das chances de privatização até dezembro. Reservadamente, ambos disseram que consideram "baixa" a possibilidade de a operação concretizar-se neste governo. A avaliação coincide: há maioria de opiniões favoráveis entre os parlamentares à proposta do governo, mas ninguém quer se expor publicamente em defesa da ideia, sobretudo nas bancadas do Nordeste e de Minas Gerais.

O próprio Coelho Filho, que deixa o ministério no dia 5 de abril para retornar à Câmara e provavelmente tentará um novo mandato como deputado federal por Pernambuco, lamentou acusações feitas em seu Estado. "Estão dizendo que vamos privatizar o São Francisco", disse o ministro, antes de propor uma comparação. "São Paulo tem 41 usinas privadas em seus rios. E lá ninguém acha que privatizaram o rio Tietê ou o Paraná. Aqueles que afirmam que estamos entregando a empresa não se deram ao trabalho de ler a proposta."

Por isso, Coelho Filho dirigiu-se aos dirigentes da CNI na plateia e fez um apelo para que eles defendam a aprovação do projeto em um corpo a corpo com parlamentares. "Vocês têm contatos, influência, capilaridade", pediu o ministro, em um estilo semelhante ao adotado pelo governo em outras ocasiões, como nas vésperas da anunciada - e frustrada - votação da reforma previdenciária.

Em meio às dificuldades de discussões na comissão especial, o relator Aleluia aventou uma possibilidade pouco comum na tramitação de projetos de lei: apresentar seu parecer para votação diretamente no plenário da Câmara. O plano de trabalho que ele pretendia ter lido anteontem na comissão - e não conseguiu por causa do barulho da oposição - prevê sete audiências públicas e entrega do relatório no dia 17 de abril. A votação no colegiado seria na semana seguinte.

Além da privatização da Eletrobras, causa temores no governo e no setor privado o andamento da proposta de reforma do setor elétrico como um todo, que também poderia ser afetada pelo calendário eleitoral. "Pode complicar um pouco do ponto de vista político, mas esse modelo conta com uma convergência de opiniões muito grande. Não creio que haverá uma oposição muito grande", opinou o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, completou: "Vejo, em alguns momentos, até uma oposição radical e extrema. Mas o ano eleitoral propicia essa discussão: vamos mudar ou continuar onde estamos? Tenho muita convicção de que a visão do próximo governo para o setor [elétrico] estará pautada pelo que estamos discutindo agora."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Conteúdo local

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou ontem flexibilização na exigência de conteúdo local, o "waiver", para contratos já assinados. A resolução determina que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP) adote exigências diferentes daquelas definidas nos contratos assinados até a 13ª Rodada de concessão, das 1ª e 2ª Rodadas do regime de partilha de produção e da cessão onerosa.

Também aprovou dez diretrizes para a indução de investimentos dos setores de refino de petróleo e petroquímica.

Subsídio no gás

O governo pretende concluir até junho estudos sobre o impacto da proposta para acabar com os preços diferenciados do gás liquefeito de petróleo (GLP) e sobre a criação de uma política de subsídios localizados para a compra do botijão por famílias de baixa renda. A informação é do coordenador do subcomitê de concorrência e competitividade do programa Combustível Brasil, Bruno Caselli. A principal alternativa em discussão é a inclusão de um benefício dentro do Bolsa Família. A ideia é incrementar o programa com valores que possibilitem às famílias adquirirem o combustível.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Fabio Graner, Andréa Jubé e Edna Simão | De Brasília

Título: EUA podem adiar tarifa do aço para alguns países; Brasil diz que foi incluído

O presidente Michel Temer disse ontem que os EUA vão suspender a cobrança da sobretaxa sobre o aço e o alumínio brasileiros enquanto estiver em curso

diálogo sobre o tema entre os dois países. O governo americano não confirmou a informação.

"As novas tarifas não se aplicarão enquanto estivermos conversando sobre o tema", disse Temer na abertura da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho. "Estou vendo agora declaração da Casa Branca de que Brasil é um dos países com quem começarão as negociações visando a eventuais exceções às tarifas sobre importação de aço e alumínio. ", afirmou.

Inicialmente, a fala de Temer gerou dúvidas sobre se a informação era do governo ou se ele apenas estava citando, de forma imprecisa, notícias veiculadas pela imprensa americana. Mais tarde, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que a informação vinha de comunicação entre os governos e que já estava suspensa a sobretaxa.

"O embaixador [do Brasil nos EUA] Sérgio Amaral mandou aquela mensagem, que foi recebida pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, que passou para o presidente Michel Temer, dizendo que com o Brasil a negociação do aço estava iniciada e, enquanto houver a negociação, não serão implementadas aquelas restrições que foram originariamente estabelecidas", informou Padilha.

Em Washington, uma porta-voz do escritório do representante comercial dos EUA (USTR) não confirmou a informação de Brasília. Segundo ela, uma isenção das tarifas exige um decreto do presidente Donald Trump, o que só foi feito até agora para o Canadá e México.

Em depoimento na Câmara dos Deputados dos EUA, o representante comercial americano, Robert Lighthizer, disse que os EUA estão negociando com Argentina, Austrália e União Europeia e que iniciaria em breve discussões com o Brasil, e acenou que a cobrança das tarifas poderia ser adiada enquanto durassem essas negociações.

No entanto, em nota, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) saudou as declarações de Lighthizer, que sugerem "a não aplicação das sobretaxas às importações de produtos siderúrgicos e de alumínio, durante o período de contatos bilaterais com determinados países, inclusive o Brasil".

Anteontem Temer recebeu produtores de aço, representados pelo Instituto Aço Brasil, que lhe solicitaram que telefonasse para o presidente dos EUA, Donald Trump, a fim de reivindicar a exclusão dos produtos brasileiros da sobretaxa americana. Empresários do ramo alegam que o Brasil "não rouba" emprego do metalúrgico americano porque faz parte da cadeia do aço naquele país, enquanto o Brasil é o principal destino do carvão mineral exportado pelos EUA.

O argumento foi encampado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que, no mesmo evento e tendo contato com a notícia sobre a flexibilização da postura americana, disse que a decisão era "muito importante". "O Brasil produz um tipo de aço muito usado na indústria americana, disse aos americanos que sobretaxa prejudicará indústria e consumidor americano", afirmou Meirelles, referindo-se a conversas travadas com os americanos durante a reunião do G-20, na Argentina.

O ministro disse que o Brasil mostrou aos americanos que não há qualquer indício de dumping no aço brasileiro. "O trabalho conjunto do governo sobre aço já está mostrando resultados."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Adilson de Oliveira

Título: A anacrônica e custosa energia assegurada

O conceito de energia assegurada (sic) foi introduzido no sistema elétrico brasileiro no final do século passado durante o processo de sua reforma. Ele tem sua origem no conceito de energia firme utilizado pelo setor quando operava no regime de monopólios territoriais. Esse conceito tinha por objetivo viabilizar a gestão cooperativa do acúmulo de água nos reservatórios durante o período chuvoso para seu uso futuro na geração de eletricidade.

Dessa forma, procurava-se maximizar o uso da capacidade instalada das centrais e eliminar o risco de racionamentos no suprimento de energia nos períodos de estiagem. A justificativa para essa cartelização no uso da água era que seus benefícios superavam amplamente seus custos. O controle das tarifas elétricas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) procurava evitar que o uso do poder de mercado pelas concessionárias lhes permitisse usufruir de ganhos abusivos. Essa solução entrou em colapso na segunda metade da década de 1980, quando a inadimplência se tornou estratégia preferencial das concessionárias para garantir seus resultados financeiros.

A reforma do setor elétrico adotou encaminhamento radicalmente distinto do utilizado até então para a gestão da água dos reservatórios. Adotando o pressuposto de que a concorrência no parque gerador eliminaria as ineficiências econômicas da gestão cartelizada, a reforma buscou solução concorrencial para a gestão do risco hidrológico. Sem encontrar solução consensual para esse problema que viabilizasse o deslanche das privatizações do parque gerador, a reforma preservou o regime cartelizado para a gestão dos reservatórios no ambiente elétrico concorrencial. A cessão dos direitos de comercialização de uma parcela da energia gerada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico

(ONS) para o parque gerador, sob a forma de energia assegurada nos contratos de concessão, foi o corolário dessa solução.

Ao ONS, entidade sem fins lucrativos, foi delegada a gestão dos reservatórios com a responsabilidade de arbitrar o seguinte dilema: usar a água acumulada nos reservatórios para evitar aumentos tarifários decorrentes do despacho térmico ou, alternativamente, promover esse despacho com o objetivo de preservar a água acumulada nos reservatórios para uso futuro, evitando racionamentos de energia nos períodos de estiagem?

O uso da água acumulada nos reservatórios permite reduzir gastos com combustíveis, porém esse uso aumenta o risco de o parque hidrelétrico não ser capaz de gerar a energia assegurada nos contratos de concessão. Quando essa situação ocorre, as hidrelétricas devem adquirir de termelétricas a energia assegurada faltante a preços muito superiores aos que foi comercializada a energia de seus reservatórios esgotada no passado.

Nessas circunstâncias, os ganhos financeiros pelo uso da água dos reservatórios nos períodos chuvosos não compensam as perdas com a compra de energia das térmicas nos períodos de estiagem. A experiência prática tem demonstrado que, cedo ou tarde, isso tem ocorrido.

Ganhos pelo uso da água nos períodos chuvosos não compensam perdas com a compra de energia de térmicas na estiagem

A disputa entre os agentes do mercado elétrico pelo repasse das perdas financeiras decorrentes dessas situações tem sido judicializada. Esse problema está na raiz da crescente inadimplência na liquidação dos contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cuja continuidade tende a desorganizar o funcionamento do sistema elétrico como ocorreu no final do século passado. A progressiva queda na qualidade dos serviços elétricos a que assistimos atualmente é sintoma claro dessa trajetória preocupante.

É consensual a absoluta necessidade de equacionar essa questão para garantir o funcionamento economicamente saudável do sistema elétrico. Contudo, são fortes as resistências à proposta de acabar com a gestão cartelizada dos reservatórios hidrelétricos. Essa solução produzirá perdas e ganhos cujas estimativas dependem de diversas variáveis, para as quais é muito difícil antecipar comportamentos futuros.

Os agentes do mercado solicitam o socorro do governo para superar a judicialização. O governo acena com os recursos obtidos pela venda das cotas de energia da Eletrobras a preços de mercado como instrumento para compensar perdas passadas dos agentes com a má gestão dos reservatórios.

Essa solução apenas escamoteia o problema, sendo previsível o repasse desse incremento de preço para as tarifas dos consumidores. Preservado o conceito de energia assegurada, o fantasma da judicialização da liquidação dos contratos ressurgirá em futuro não muito distante.

A solução duradoura para esse problema consiste em abandonar a oferta de energia assegurada nos contratos de concessão. A transformação na composição do parque gerador ocorrida após a liberalização do mercado elétrico, com a entrada em operação de centrais eólicas e térmicas, tornou irrelevante o papel dos reservatórios na redução do risco de racionamento de energia. Atualmente, a tarefa central dos reservatórios é minimizar o consumo de combustíveis nos períodos chuvosos, ficando para as termelétricas a função de garantir o suprimento de energia nos períodos de estiagem.

Nesse novo contexto, não é mais necessária a cartelização para evitar o risco de racionamento de energia. A gestão dos reservatórios hidrelétricos, sob limitações estritas da Agência Nacional de Águas (ANA) quanto à preservação de níveis adequados para os usos consuntivos da água (!), pode ser delegada aos proprietários das centrais que passariam a assumir os riscos econômicos dos despachos térmicos. Como mecanismo de transição que facilitará a aceitação do abandono da cartelização, pode ser adotado o regime de custo do serviço incentivado para as centrais hidrelétricas em operação até o final de seu período de concessão. Nesse regime, as centrais hidrelétricas têm garantida um taxa de retorno prefixada com limites mínimo e máximo, sendo esta última fruto da boa gestão financeira da água que flui pelo reservatório da central.

Adilson de Oliveira é professor da UFRJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: ExxonMobil tenta viabilizar usina da Bolognesi no RS

A ExxonMobil está tentando viabilizar a termelétrica Rio Grande, originalmente contratada pelo grupo gaúcho Bolognesi, que teve a concessão cassada em outubro. Representantes da gigante americana tiveram uma reunião na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no início do mês, com o objetivo de checar com o regulador se o contrato da termelétrica ainda era "resgatável".

O **Valor** apurou que a resposta foi positiva, desde que a Exxon garanta que tem condições financeiras de tocar a obra e garantir o fornecimento do gás - o que está em andamento.

André Pepitone, diretor da Aneel relator do processo referente à termelétrica, confirmou ter recebido representantes da ExxonMobil no início de março para conversar sobre o assunto.

Segundo ele, o antigo interessado em assumir o projeto, a também americana New Fortress Energy, desistiu do negócio e, agora, a ExxonMobil está avaliando a possibilidade. O diretor, no entanto, lembra que a outorga da termelétrica encontra-se revogada.

"Temos sensibilidade sobre a importância do empreendimento, porém viabilizar esse empreendimento passa pela apresentação de ações concretas", disse Pepitone, ao **Valor**. "Na reunião, a Exxon se mostrou interessada em assumir todos os compromissos da usina. A reunião teve o intuito de apresentar todas as ações necessárias para reativar a outorga", completou.

Segundo fontes, a Exxon já tem os pré-contratos dos fornecedores e da empresa construtora garantidos, só faltando o aval do regulador para retomada do projeto.

A construção da termelétrica, que terá 1,3 gigawatt (GW), deve ser atrelada à um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), o que vai ajudar a resolver o problema de fornecimento de gás no Rio Grande do Sul, hoje dependente da Bolívia. A usina ficaria no município gaúcho de Rio Grande. Além disso, as obras da usina são vistas no Estado como essenciais para retomada da economia na região, que enfrenta problemas depois da crise no setor de estaleiros.

Se o negócio der certo, será a segunda participação da Exxon na área de geração de energia no Brasil. A petroleira já fechou um acordo para fornecer parte do gás natural liquefeito (GNL) que vai abastecer a termelétrica Porto de Sergipe. A usina, que terá 1,5 GW de potência, é controlada por um consórcio formado pela EBrasil Energia e pela Golar Power, joint venture entre a norueguesa Golar LNG e o fundo americano Stonepeak.

A Bolognesi chegou a assinar a venda do projeto à New Fortress Energy, em setembro, mas a Aneel revogou a concessão em seguida, por não ter recebido uma comprovação de que a empresa estrangeira teria capacidade de colocar a termelétrica em operação. A New Fortress chegou a propor a antecipação das obras da usina, prevista para serem concluídas em 2021.

Outro obstáculo às negociações foi a venda da empresa de private equity Fortress Investment Group, controladora da New Fortress Energy, ao japonês Softbank, por US\$ 3,3 bilhões. A operação foi concluída em dezembro.

Na equipe energética do governo, o clima é desfavorável à retomada do contrato da termelétrica, mas a decisão depende da Aneel. Ano passado, a Bolognesi já conseguiu que o regulador concedesse um prazo extra para entrega da usina. O projeto foi contratado em um leilão de geração realizado em 2014, com previsão de entrada em operação em 2019. Além da termelétrica Rio Grande, a Bolognesi contratou outra usina, originalmente chamada de Novo Tempo, com 1,2 GW.

Esse projeto, que foi comprado pela Prumo, ficaria localizado em Pernambuco, no Porto de Suape. A Prumo, no entanto, conseguiu transferir o projeto ao Porto do Açu, no Rio de Janeiro. A BP Global Investments será parceira da empresa de logística na construção da usina e também na comercialização da energia que será gerada.

Bolognesi e ExxonMobil não comentaram as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério de ferro tem queda de 14,5% em março

Uma tempestade perfeita atingiu o minério de ferro. O dólar mais forte, a tensão nos mercados pelas medidas protecionistas dos Estados Unidos, a marca recorde de estoques em portos chineses, a percepção de que novas obras na China não estão andando, o fim de restrições ambientais à siderurgia no gigante asiático e a perspectiva de aumento de produção pelas quatro maiores mineradoras derrubaram os preços da commodity em março.

Até agora no mês foram apenas quatro dias positivos para o insumo no mercado físico chinês, contra onze no vermelho. A cotação recua 14,5% em março, uma variação negativa que não era vista desde setembro, quando o minério caiu 21,4% e interrompeu uma série de altas que quase levaram o valor para acima de US\$ 80 por tonelada. Desta vez, algo semelhante ocorreu. O minério bateu US\$ 79,39 por tonelada no dia 1º e, desde então, vivencia sucessivas quedas.

Ontem, a commodity com pureza média de 62% terminou o dia cotada em US\$ 67,25 a tonelada no porto chinês de Qingdao, segundo a "Metal Bulletin". No ano, as perdas são de 7,4%.

Os motivos para a perda de força podem ser muitos, mas há bastante tempo os analistas alertavam para a insustentabilidade dos preços. Para eles, em um mercado transoceânico claramente com excesso de oferta, o insumo estava

muito caro. Faltava um gatilho para que a correção para baixo começasse e ele foi Donald Trump, presidente dos EUA.

"As conversas em geral sobre tarifas de importação americana não pegam nem um pouco bem com os mercados e ainda há muita tensão e incerteza quanto ao que mais pode acontecer", comenta Edward Meir, da consultoria de commodities FCStone. Mesmo considerando apenas a sobretaxa ao aço e ao alumínio, a situação já parece confusa, acrescenta o analista, dada a burocracia para que empresas e países consigam isenção.

Essa preocupação dos investidores fez com que corressem para garantir proteção financeira, com exposição ao dólar - a moeda mais forte do mundo. O US Dollar Index, por exemplo, índice ponderado que mede a divisa frente a outras seis, avançou 2% desde que, em 16 de fevereiro, o Departamento de Comércio recomendou que Trump acionasse a seção 232 para barrar importações de aço e alumínio nos EUA. Frente ao real, subiu 2,2%.

Commodities negociadas em dólar costumam sofrer pressão de baixa quando a moeda americana se valoriza. Um dólar mais forte significa que o produto também ficaria mais caro, motivo pelo qual há uma correção.

Levantamento com 13 instituições financeiras mostra previsão de cotação média de US\$ 63,10 em 2018

Ironicamente, a taxa cambial ajuda a beneficiar a maior produtora do minério no mundo, a Vale. Como a moeda funcional de seu balanço é o real, os ganhos a serem embolsados pela venda da commodity foram menos impactados - a desvalorização em março é 1,2 ponto percentual menos intensa, de 13,3%. Além disso, a cotação média em divisa americana de US\$ 75,41, queda de 11,9% em comparação anual, cai menos, 9,1%, na brasileira.

Levantamento do **Valor** com 13 instituições financeiras mostra previsão de cotação média de US\$ 63,10 em 2018.

Mas além do aspecto financeiro, o minério também sofreu com seus próprios fundamentos econômicos. Na semana passada, os estoques do insumo em portos chineses atingiu os 160 milhões de toneladas, uma marca histórica. O alemão Commerzbank ressalta que os volumes deixam o mercado transoceânico "mais que bem servido", também ajudando a derrubar a cotação nos últimos dias.

Os compradores correram para armazenar o máximo possível da matéria-prima antes de as restrições ambientais que cortaram capacidade siderúrgica na China vencessem, na semana passada. Ávidos pelo minério e, especialmente, um de

melhor qualidade - o que beneficiou os produtos com pureza de 62% e 65% -, ajudaram a impulsionar os preços.

Norbert Rücker, analista do Julius Baer, escreveu que o aumento de estoques - tanto de minério quanto de aço - traz sobreoferta para o volume necessário na temporada mais agitada da construção no país. Ela é reforçada pela evolução do Brasil e Austrália na extração do minério. "Seguimos cautelosos", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Vianna deixa Itaipu

O diretor-geral da parte brasileira da Itaipu Binacional, Luiz Fernando Vianna, vai deixar a companhia em abril para assumir um cargo no grupo Delta Energia.

Amanhã, o executivo completará um ano à frente da parte brasileira da companhia, responsável pela operação da hidrelétrica de Itaipu, de 14 mil megawatts (MW) de capacidade, na fronteira com o Paraguai. Técnico de longa experiência no setor elétrico, Vianna foi presidente da paranaense Copel e da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia (Apine). Vianna disse que recebeu o convite da Delta Energia e colocou o cargo à disposição ao **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**.

Statoil paga Petrobras

A Petrobras recebeu ontem a segunda parcela, de US\$ 300 milhões, referente à operação de cessão de sua participação no bloco exploratório BM-S-8 para a Statoil Brasil Óleo e Gás. A operação foi concluída em 22 de novembro de 2016. O recebimento da segunda parcela estava condicionado à assinatura do contrato de partilha do bloco Norte de Carcará, outorgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em janeiro de 2018. O pagamento da primeira parcela - de US\$ 1,25 bilhão - foi feita na data do fechamento da operação. Assim, o montante total recebido até o momento pela transação soma US\$ 1,55 bilhão. O valor total do negócio é de US\$ 2,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Recuperação judicial da MMX é suspensa na Justiça por credores

A MMX Mineração e Metálicos S.A., mineradora de Eike Batista, está encontrando dificuldades de ir adiante em seu processo de recuperação judicial 15 meses depois de ter pedido proteção à justiça contra credores, em novembro de 2016. Um grupo de credores vem questionando a empresa e conseguiu suspender, por meio de liminar na Justiça, uma assembleia geral que estava prevista para ontem e que iria tentar aprovar o plano de recuperação judicial da companhia. No total, a MMX S.A. reconheceu dívidas superiores a R\$ 500 milhões com credores.

Um dos pontos sobre os quais esse grupo de credores se "insurgiu", e que embasou a liminar obtida no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), suspendendo a assembleia, se refere à diluição sofrida pela MMX S.A. na Porto Sudeste, empresa que controla o terminal marítimo homônimo, em Itaguaí (RJ), e que pertence ao consórcio formado pela trading Trafigura e por Mubadala, empresa de investimentos de Abu Dhabi. No pedido feito à Justiça, os credores argumentam que precisam ter acesso à documentação relacionada à diluição da participação acionária da MMX na Porto Sudeste, que teria causado prejuízo aos credores. A Porto Sudeste não comentou.

Inicialmente, a MMX vendeu 65% do porto ao consórcio Trafigura-Mubadala, e ficou com 35%. Mas essa participação foi sendo gradativamente diluída até chegar aos atuais 1,55%. "Estamos em uma batalha [na Justiça] para que sejam apresentados documentos que justifiquem essa diluição", disse fonte dos credores. "Entendemos essa forte diluição [da MMX no Porto Sudeste] como injustificada e representa uma fraude para com os credores da empresa."

Esses credores entendem que a participação da MMX na Porto Sudeste garantiria pagamento maior aos credores. Até o momento o plano de recuperação judicial da MMX S.A. impõe desconto de 95% sobre o valor da dívida. Significa que dos R\$ 500 milhões devidos, a empresa pagaria ao longo do tempo algo como R\$ 25 milhões. No caso da MMX Sudeste, subsidiária da MMX S.A., que entrou com pedido de recuperação judicial em 2014, o corte na dívida foi de 70%, com os credores recebendo 30% ao longo dos anos. A MMX Sudeste, a empresa operacional, reconheceu dívidas totais de R\$ 700 milhões. A MMX Sudeste é controlada pela MMX S.A. Eike Batista, por sua vez, tem mais de 50% da holding.

Esta semana a Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG), onde tramita a recuperação da MMX Sudeste, homologou um aditivo ao plano original para permitir a venda em separado de 2,5 mil hectares de fazendas da empresa, um dos seus principais ativos. A ideia original era vender essas terras em bloco, o que não foi possível. Agora, com a homologação do aditivo, se pretende "fatiar" e vender as fazendas da MMX Sudeste na forma de Unidades de Produção Isoladas (UPIs). A UPI é uma figura jurídica prevista na lei de falências que dá

garantias ao comprador que não vai "herdar" dívidas do vendedor. Em 2015, as terras haviam sido avaliadas em R\$ 45 milhões.

A MMX vendeu 65% do Porto Sudeste ao Trafigura-Mubadala, mas hoje possui apenas 1,5% do ativo

Bernardo Bicalho, administrador judicial da MMX Sudeste, disse que deverá ser feito um leilão virtual para venda das terras. Outro ativo a ser vendido pela MMX Sudeste para pagar os credores é uma participação acionária no Terminal de Cargas de Sarzedo (TCS), no qual detém 20%. Em 2017, Bicalho obteve decisão da Justiça de Minas Gerais bloqueando os bens de Eike com o objetivo de cobrir prejuízos causados aos credores da mineradora. Ao mesmo tempo, Bicalho foi autorizado pela Justiça a atuar como representante da MMX Sudeste para buscar eventuais ativos de Eike no exterior para pagamento aos credores da subsidiária.

Até agora a MMX Sudeste pagou mais de R\$ 70 milhões aos credores. Houve pagamento de R\$ 2 milhões a micro, pequenas e médias empresas e de R\$ 70 milhões a credores quirografários (sem garantia), dinheiro obtido com a venda das minas de Ipê e Tico-Tico, na grande Belo Horizonte (MG), para o mesmo consórcio Trafigura-Mubadala que comprou o Porto Sudeste.

O grupo de credores em litígio com a MMX S.A. tinha seus créditos vinculados originalmente à MMX Sudeste. Foi na subsidiária que começou a briga desses credores com a empresa de Eike. O crédito desses credores acabou migrando para a holding MMX S.A. Mas o contencioso não acabou. Um dos pontos que motivaram a discórdia está em um acordo feito pela mineradora com a MRS Logística, que é a principal credora da MMX.

Como resultado desse acordo, celebrado em 2015, o crédito da MRS Logística na MMX Sudeste aumentou de R\$ 6,5 milhões para R\$ 231,5 milhões. E a maior parte desse crédito (R\$ 203 milhões) seria reconhecido no quadro geral de credores da MMX S.A, segundo fontes dos credores. Eles disseram que é preciso apurar as circunstâncias em que houve o reconhecimento do crédito em favor da MRS. Para fontes próximas da MMX, os credores contrários ao plano querem "vender dificuldades". As fontes reconheceram que o acordo entre MRS e MMX deu "relevância" ao voto da MRS na recuperação judicial da mineradora de Eike.

A MMX S.A. também tem ativos em Corumbá (MS), que estão arrendados para a empresa Vetorial, com expectativa de venda de, no mínimo, R\$ 14,5 milhões. O processo de venda dos ativos de minério de ferro da MMX Corumbá, também em recuperação judicial, depende da aprovação do plano pelos credores da mineradora.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Lucinda Pinto e Victor Aguiar | De São Paulo****Título: Ibovespa volta a subir com Petrobras e siderúrgicas**

O Federal Reserve (Fed, banco central americano) deu a deixa e o Ibovespa retomou ontem a trajetória positiva. A autoridade monetária americana subiu a taxa de juros, mas manteve no cenário a perspectiva de outras duas elevações neste ano, o que já está amplamente precificado pelo mercado. Com isso, esfriou o risco de um aperto monetário mais acelerado, que poderia impactar negativamente ativos emergentes. O Ibovespa subiu 0,97% para 84.977 pontos. Logo após a divulgação da decisão do Fed, o índice chegou à máxima de 85.145 pontos. O giro financeiro foi forte, de R\$ 8,8 bilhões.

O banco central americano subiu os juros para a faixa de 1,5% a 1,75% ao ano e manteve a projeção de três altas na taxa ao longo de 2018. Parte dos investidores acreditava que o Fed poderia optar por quatro elevações neste ano, o que aumentaria a atratividade dos mercados americanos em detrimento dos emergentes.

Para o sócio-gestor da Modal Asset, Luiz Eduardo Portella, o novo presidente do Fed, Jerome Powell, manteve a linha de sua antecessora, Janet Yellen, ao transmitir a mensagem de gradualismo na alta de juros no país, sem movimentos abruptos. "Era importante entender a cara do novo Fed, e a mensagem é que continua igual", disse.

"Os vetores que estavam puxando os emergentes para baixo saíram do caminho, e há espaço para recuperação", completou Portella, ressaltando que o Ibovespa pode ter uma retomada em direção aos 87 mil pontos. "Com todo mundo entendendo a dinâmica do Fed, fica mais fácil para fazer investimentos olhando para frente".

As blue chips refletiram claramente esse ambiente. Petrobras ON subiu 3,80% e Petrobras PN ganhou 4,21%. Vale ON ganhou 2,16%. As ações de siderúrgicas aceleraram os ganhos à tarde, reagindo ao Fed, mas também às declarações do presidente Michel Temer sobre a taxa de importação do aço pelos EUA. Temer disse que os EUA vão suspender a cobrança da sobretaxa dos produtos brasileiros enquanto estiver em curso o diálogo com o governo brasileiro sobre o tema. As ações da CSN tiveram a maior alta do dia, com ganho de 5,46%. Já Usiminas PNA subiu 2,47%.

MME / ASCOM .